

O desenvolvimento territorial de São João dos Mellos–RS: uma análise da produção do espaço turístico e participação comunitária

Jordao Benetti
Instituto Federal Farroupilha

Cidonea Machado Deponti
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Priscyla Christine Hammerl
Instituto Federal Farroupilha

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre como se deu o processo de planejamento do espaço turístico da comunidade rural de São João dos Mellos, localizada na meso região Centro-Ocidental do Rio Grande do Sul. O objeto de estudo, chama a atenção pelas características do modelo de desenvolvimento turístico do território, organizado e gerido pela própria comunidade. A comunidade de São João dos Mellos é composta por aproximadamente 60 famílias. Sua principal característica econômica está na produção agrícola, dividindo-se entre o plantio de fumo e soja. Desde 2008, a comunidade vem recebendo visitantes e turistas advindos não apenas do entorno, mas também de outros estados e países, com o objetivo de conhecer o Jardim das Esculturas, um importante atrativo artístico-cultural localizado neste território. Em razão da potencialidade do atrativo e a crescente demanda de visitantes e turistas, a comunidade se uniu para organizar e explorar a atividade turística, formatando uma rede de turismo rural comunitário. As ações que circunscrevem a este processo, por sua vez, podem ser compreendidas por meio de uma abordagem que busca entender a partir do lugar suas conexões com outras escalas (regional, nacional, global). Neste sentido, com o objetivo de apresentar alguns resultados desta reflexão, apresentamos a gênese e a implantação do turismo rural na comunidade de São João dos Mellos, identificando as principais forças endógenas e exógenas que agem dialeticamente no espaço e como as iniciativas comunitárias contribuíram para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Território. Turismo Comunitário. Turismo Rural. São João dos Mellos.

Introdução

Nos últimos anos, as áreas rurais têm sofrido transformações, levando a alterações profundas nas suas características e funções. Muitos espaços rurais perderam o seu caráter predominantemente agrícola, fruto do processo de expansão capitalista e do novo regime de

acumulação flexível. O aumento do desemprego e da pobreza, o esmagamento das cidades médias pelas cidades grandes, a fome e a propagação de doenças são apenas alguns dos efeitos da perversidade sistêmica presente no processo de globalização. Esta crise, afeta não apenas o meio urbano, mas também o meio rural. A cidade em expansão, centro de acumulação de capital, ataca o campo, o corrói, o dissolve. Segundo Lefebvre (2001, p.74), “a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais”.

O desenvolvimento capitalista traz um viés notável em favor da cidade e prejuízo do campo. A ordem hegemônica e os avanços técnicos que com ela se instalam levam a migração da mão-de-obra e, conseqüentemente, ao “esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na agricultura” (SINGER 1976, p.112).

Nesse contexto, verifica-se que “o campo modernizado se tornou praticamente mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades [...] as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade” (SANTOS, 2012, p.92). As externalidades se tornam aqui, usuárias do território que, neste caso, é visto como um recurso. “É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2012, p.88).

Diante das dificuldades do setor agropecuário, muitas comunidades resolveram diversificar suas atividades. Segundo Lunardi (2012, p.16), novas trajetórias surgiram “em um campo que não é mais somente agrícola, mas também cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades”. A pluriatividade rural é explicada por pesquisadores (CARNEIRO, 1999 e GRAZIANO DA SILVA, 1999) a partir de dois movimentos: um se refere à resistência dos agricultores e o desejo de permanecer no campo. O outro se refere ao movimento de aproximação dos cidadãos ao meio rural, o que pode ser constatado tanto pela busca de consumo de produtos locais quanto pela busca por atividades relacionadas ao lazer.

É neste contexto que surge o turismo como forma do agricultor diversificar suas formas produtivas. O “turismo rural” compreende as atividades realizadas no espaço rural, mas que não necessariamente exigem a vivência da prática agrícola pelo turista. Trata-se de um tipo de turismo em que o turista tem a vivência da cultura rural, entra em contato direto com o agricultor. Trata-se de um turismo de essência familiar. Nesse enquadramento, observa-se a presença da mão de obra-familiar e a presença de uma arquitetura de características rurais, geralmente alocada na própria residência dos “empresários”. Outra característica relevante é que neste tipo de turismo o agricultor não abandona sua atividade principal. A atividade não-agrícola é agregada aos serviços agrícolas.

Por turismo rural, portanto, compreende-se o “conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, 2010, p, 49). Nesse sentido, podemos afirmar que o turismo rural enquadra-se como atividade agrícola alternativa e sustentável. Segundo Gomes (2004, p.08), “o agricultor alternativo, ou sustentável, não privilegia exclusivamente a razão econômica”, mas sim a possibilidade de conservarem ou aumentarem sua “qualidade de vida mantendo e garantindo recursos para as próximas gerações”.

Esta tipologia de turismo também fomenta o que se denomina como turismo endógeno, prática de planejamento turístico que visa atender as necessidades da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida (BENI, 2006). É seguindo esta linha teórica que apresentaremos o exemplo do planejamento turístico e desenvolvimento territorial de São João dos Mellos, cuja experiência nos mostra uma prática de turismo rural de natureza endógena. Cabe destacar que a iniciativa para o desenvolvimento do turismo partiu dos próprios moradores. Desde a sua implementação, a atividade gerou algumas mudanças significativas neste território.

Reflexões sobre planejamento, território e desenvolvimento

Segundo os estudos de Lira (1990), todo o processo de planejamento parte do pressuposto de que em cada sociedade, em cada momento histórico, existe um projeto político que instrumentaliza o planejamento. Nesta perspectiva temos algumas concepções importantes a destacar: em primeiro lugar, o projeto político tem, não raras as vezes, como *Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015*

força motriz o poder público. Nesta perspectiva, as intervenções ocorrem quase sempre concentradas nas mãos do Estado. Isto não seria problema se as etapas do processo de planejamento aferissem a participação de diferentes atores neste processo.

Esta é realidade de grande parte da prática em planejamento notada na maioria dos projetos observados em diferentes áreas do conhecimento. Surge como alternativa ao modelo tradicional, ainda segundo os referidos autores, a proposta de planejamento estratégico e participativo que “se firma e se legitima como instrumento de planejamento e de gestão a ser desenvolvido em conjunto com a sociedade”. Pensar um planejamento estratégico participativo, contudo, não é uma tarefa simples. A multiplicidade de atores sociais e os conflitos de interesse e discursos são os maiores desafios para a construção de uma metodologia adequada para nortear o planejamento.

Mas estas perspectivas tornam-se ainda mais contundentes quando observa-se que além consonâncias e dissonâncias diretas e indiretas entre os grupos sociais que permeiam as relações de poder, tem-se também implicações sobre as condições da configuração espacial de um dado território. Consideremos para tanto, segundos as teorias de Santos (2002), que o espaço é uma instância social e o território é o espaço usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado. Sendo assim, compreendemos que o planejamento territorial deva levar em consideração os conceitos de espaço e território, como observa Fischer (2003, p.10) que define o planejamento territorial como:

O conjunto das intervenções do poder público baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais coletivos e que visam, pela aplicação de políticas de monitoramento (resposta a uma demanda expressa) e de políticas de treinamento (antecipação de uma solicitação futura), a requalificar espaços degradados ou em crise, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, a garantir um mínimo de equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional.

Uma das abordagens recentes em relação ao planejamento está justamente pensar o espaço e o território em busca de “um equilíbrio inter-regional”. É nesta linha de ação que surge o conceito de planejamento regional. Segundo Lira (1990, p.10 – *tradução nossa*), o planejamento regional constitui “em essência, uma escala decisória intermediária entre o planejamento nacional setorial por um lado e, por outro o planejamento local servindo de interface entre as forças centrífugas e centrípetas que atuam a favor ou contra os processos

de desenvolvimento regional”. O planejamento regional trata-se de uma importante estratégia para fortalecimento das economias locais a fim de que as mesmas possam se inserir competitivamente na escala global, atingindo assim, o que compreendemos como o conceito de desenvolvimento. Para Moisés (s.d, p.1):

Diferente da idéia de crescimento - que sugere principalmente aumento em quantidade - a de desenvolvimento implica a mudança de qualidade e, também, aumento dos graus de complexidade, integração e coordenação de um sistema. Crescimento exige material e energia. Desenvolvimento produz e se alimenta de interações, informação.

Segundo Boisier (1994), a ideia de desenvolvimento regional se associa a uma mudança sócio-econômica cuja finalidade é alcançar o progresso da região, da comunidade regional e, por fim, de cada indivíduo da região. Para ele, é necessário um novo ajuste territorial em muitos países, supondo neste processo, uma nova construção social e política das regiões. Sendo assim, tem-se um novo desafio para o progresso regional: a autoconstrução.

Mas há de se destacar que esta construção não é meramente política. Trata-se de algo mais aprofundado: a construção social. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização. Dessa maneira, uma comunidade que é organizada, coesa e consciente de sua identidade é capaz de se transformar em agente de seu próprio desenvolvimento.

Estes objetivos podem ser atingidos, segundo Boisier, por meio de duas práticas: a primeira está atrelada a uma construção de um projeto político regional, capaz de promover a coesão e a mobilização. A segunda vincula-se a construção de um projeto cultural que possibilite a percepção coletiva de identidade. Tais ações visam, portanto, elevar a comunidade em sua capacidade de tomar decisões para o desenvolvimento. Trata-se de um processo paulatino de descentralização política e territorial que permite tal conjuntura.

Uma das maneiras de se alcançar esta questão está na gestão participativa. O empoderamento das comunidades e a busca pela participação popular é uma das ferramentas que pode aumentar o poder político de grupos sociais e assim, auxiliar na

descentralização e multiplicar os espaços intermediários entre o Estado e o indivíduo. O desenvolvimento regional, segundo Boisier (1994) depende, portanto, mais das atitudes coletivas e da condução social do que dos recursos. O desenvolvimento, nesta perspectiva, está incrustado na transformação social e coletiva das mentalidades.

Mas cabe destacar que no Brasil são raras as organizações e instituições que articulam diferentes segmentos da sociedade na escala regional. Segundo Bandeira (1999, p.6), “a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existentes entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios”. Ainda segundo o autor, em razão disso, os problemas sociais e econômicos tendem a ser percebidos e enfrentados localmente, deixando de ser aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre atores na defesa de interesses comuns à região.

É nesta acepção que a iniciativa endógena de São João dos Mellos se torna um importante objeto de estudo para melhor compreender as relações de desenvolvimento local e regional, pois se trata de uma iniciativa “de baixo para cima” em que a cultura local se apropria do espaço, e as ações nele realizadas o caracterizam como um território que se integra com outros formando uma rede de fluxos, de políticas, trânsito de pessoas e bagagens culturais que podem possibilitar o desenvolvimento. Segundo Flores (2006, p.5):

O conhecimento e o saber-fazer-local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, forma o que OSTROM (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial de desenvolvimento do território.

Dada esta perspectiva, o conceito de território também se torna importante para compreender as relações entre os diferentes atores presentes em São João dos Mellos, pois o território é formado a partir de “um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum” (PACQUEUR, 2000 apud FLORES, 2006, p. 5).

Mas se deve ressaltar que o objeto de estudo não se restringe apenas a estas duas dimensões (do local e do regional). O global também se torna relevante na medida em que a

implementação do turismo na comunidade também se caracteriza como uma forma do local (articulado com o regional) competir com o mundo globalizado. O turismo tem tido um papel importante no processo de globalização do mundo moderno.

Para Keller (2005, p.3-4), “o processo irreversível de globalização está mudando nosso mundo. O Turismo tem sido um fator importante na aceleração desse processo”. Isso quer dizer, em outras palavras, que o desenvolvimento da atividade turística é influenciado pela globalização, pois “apesar de uma demanda internacionalizada ao extremo, a oferta é, acima de tudo, influenciada pelas condições estruturais de uma região”, ou seja, o processo de globalização está causando um processo de reestruturação dos destinos turísticos e causando maiores impactos sobre a concorrência.

É nesse contexto que surgem formas alternativas de turismo, em que as características da região ou localidade na qual se pretende explorar a atividade, bem como os aspectos da cultura local, se fundem para atender a uma lógica econômica moderna. O turismo rural comunitário, modelo bastante difundido na região sul do país em razão de suas características históricas e geográficas é representativa deste processo. Segundo Maldonado (2009, p.25):

O turismo rural comunitário (TRC) encontra-se presente atualmente em todos os ecossistemas da América Latina. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos [...] Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “*um turismo com selo próprio*”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma.

A comunidade de São João dos Mellos

A comunidade de São João dos Mellos está situada a aproximadamente 30 km de Júlio de Castilhos e 70 km de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de um núcleo agrícola com aproximadamente 250 habitantes. A comunidade é Distrito do Município de Júlio de Castilhos desde 1991, situação que perdura até os dias de hoje (Lei estadual nº 1144, de 20-06-1991). Pela sua proximidade geográfica com o município no qual se vincula administrativamente, a história de São João dos Mellos acompanha a de sua região.

Suas origens rurais estão imbricadas com os usos desse território desde o século XIX. Neste período, as glebas que hoje fazem parte dos limites da referida comunidade eram ponto de paragem àqueles que transportavam gado para comércio em São Paulo. Segundo informações obtidas junto aos residentes, entre fins do século XIX e início do século XX, os primeiros moradores se instalaram naquelas terras e comercializavam itens de apoio aos viajantes.

O aumento no número de famílias residentes neste território iniciou-se em decorrência do processo de colonização italiana na região. As imigrações italianas no Brasil devem ser interpretadas considerando-se o desenvolvimento do capitalismo e as forças de atração e repulsão de contingentes humanos. No caso do Rio Grande do Sul, o foco de imigração se deu priorizando os imigrantes camponeses. A imigração agrícola deu origem a diversas colônias, e também aglomerados populacionais de pequeno porte (comunidades) com as mesmas características (BONI, COSTA, 1991).

A constituição de São João dos Mellos, portanto, está vinculada ao processo migratório que deu origem à quarta região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, que abrange Faxinal do Soturno, Ivorá, Agudo, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca, Silveira Martins e Pinhal Grande. O núcleo de São João dos Mellos trata-se de uma comunidade remanescente das colônias de Pinhal Grande e Nova Palma. Sendo assim, as famílias que residem neste território apresentam hábitos culturais tais como gastronomia, vocabulário, arquitetura, religiosidade e manejo rural com fortes influências tradicionais de imigração italiana.

Na primeira metade do século XX, as culturas presentes nesta região agrícola eram basicamente para subsistência e venda de algum excedente (BIANCHI, 2007). Esta condição se alterou com a entrada da segunda metade do século XX, momento em que há um crescimento na industrialização brasileira e, em conseqüência, um aumento dos aglomerados urbanos e uma maior necessidade de insumos para abastecimento desses grandes contingentes populacionais.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, diversas transformações importantes aconteceram na agricultura referenciando todas as mudanças econômicas do

período. A agricultura tradicional passou para a agricultura moderna, intensificando-se o uso de máquinas, insumos e implementos no campo. O estrangulamento da agricultura tradicional se intensificou na década de 1960, quando as grandes corporações mundiais se desenvolveram por meio da divulgação de um novo saber tecnológico e científico, bem como por meio da expansão capital em torno das vendas de produtos e insumos agrícolas.

É nesse contexto, que a agricultura da quarta colônia deixa de ser prioritariamente de subsistência e passa, mediante a um processo de tecnificação, a produzir em maiores escalas, intensificando as plantações de milho, feijão, fumo, batata soja e arroz, predominando neste processo as unidades familiares de produção (BIANCHI, 2007). São João dos Mellos se enquadra nesta perspectiva.

Os residentes que ainda se mantêm no território fazem parte dessa geração. São indivíduos que têm faixa-etária média de 60 anos. Estes presenciaram a agricultura familiar junto a seus pais, mas se mantiveram no campo mediante a exploração de culturas modernizadas que permitiram o aumento do volume de produção, mas ao mesmo tempo, se tornou dependente de insumos industriais e da organização da distribuição da produção além de seu controle (LANNES; LUZ JR, 2008).

Nos últimos anos, mais especificamente com a entrada do século XXI, observou-se a queda da renda no setor rural da quarta colônia. Segundo economistas, a crise de geração de riqueza desse território foi diagnosticada por meio da tendência de queda do Produto Interno Bruto (PIB) regional, o qual foi da ordem de 5,8% ao ano de 1999 a 2005. De acordo com as pesquisas, “a queixa dos agricultores de que os preços dos insumos estão crescendo mais que o preço do produto é uma realidade” (LANNES; LUZ JR, 2008, s.p).

Em São João dos Mellos estes reflexos também foram sentidos. A principal reclamação dos agricultores residentes neste território se materializa nesta linha. Com a crise e conseqüente diminuição da riqueza gerada pela agricultura local, muitas famílias deixaram a comunidade em busca de melhores oportunidades salariais no meio urbano. Mais do que isso, estimularam seus filhos a buscar oportunidades de capacitação e emprego em grandes centros como Santa Maria. Segundo uma das moradoras: “*não vale a*

pena para os jovens ficar aqui. Meus filhos foram embora e não querem voltar. Aqui só fica quem não passou no vestibular e tem muita dificuldade na escola”.

Essa condição é perceptível na comunidade. Os jovens e adolescentes que conformam a geração mais recente se diluem em um fluxo de mão-de-obra nas grandes cidades do entorno. Este movimento pode ser traduzido como um dos principais reflexos da agricultura científica globalizada. As verticalidades que dão tendência à instalação de uma agricultura científica, como afirma Santos, é também responsável pelo caráter acentuado da divisão entre cidade e campo.

A contradição entre a cidade e o campo é mais crassa expressão da submissão do indivíduo à divisão do trabalho, sob uma determinada atividade que lhe é imposta: subsunção que limita um ao estado de animal urbano, o outro, ao animal rural e renova cotidianamente o dissídio entre os seus interesses (DONNE, 1979, p.176).

É nesse sentido, que nos últimos anos tem se observado um movimento migratório que indica o desaparecimento desta comunidade rural. Esta condição é perceptível não apenas pelo êxodo de jovens, mas também pelo envelhecimento da população que ainda se mantém fixa no território. A própria comunidade reconhece e se preocupa com o seu processo de desaparecimento. Este é, por sinal, um dos principais pontos abordados nas entrevistas pelos residentes.

As verticalidades, nesse caso, incidem diretamente na divisão do trabalho e nos seus reflexos espaciais, assim como no modo de vida dos atores envolvidos. Na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, os lugares perdem sua força e são visto como parceiros inconstantes (SANTOS, 2012). Há uma tendência a uma dinâmica homogenizadora e uma territorialização dos interesses hegemônicos.

Sendo assim, se em um primeiro momento São João dos Mellos serviu ao crescimento dos grandes centros no seu entorno, bem como ao fortalecimento das grandes corporações por meio da modernização agrícola, atualmente, a comunidade têm experimentado o efeito perverso desta condição, observando o declínio do território mediante ao movimento migratório que se instala e perda gradativa da riqueza gerada pela agricultura. Contudo, ao passo que esse cenário se configurou na comunidade, os próprios residentes buscaram superar a passividades e reagir a essa situação. A produção do

espaço turístico de São João dos Mellos conforma um “momento do território” mediante a “regulamentação global do sistema econômico” (PECQUEUR, 2009).

A produção do espaço turístico de São João dos Mellos

A gênese do turismo em São João dos Mellos se inicia em razão de um atrativo artístico-cultural existente neste território: O Jardim das Esculturas. Trata-se de um patrimônio atípico na região da quarta colônia, o que tem despertado o interesse e curiosidade de visitantes e turistas que buscam destinos alternativos. O atrativo trata-se do jardim de um dos moradores da comunidade que mantém obras de sua própria produção disponíveis para exposição.

O escultor Rogério Bertoldo é auto-didata. Sua trajetória, assim como os demais membros da comunidade, vincula-se à imigração italiana. Filho de agricultores, Rogério se formou em educação física e despertou ao longo de sua carreira o interesse por artes marciais, filosofia oriental e yoga. Tendo habilidade na produção de esculturas em pedra e madeira, o escultor abdicou de sua carreira como professor para se dedicar a produção artística. Nos últimos anos, o escultor tem produzido diversas obras com temática voltada à prática da yoga e à natureza.

O acervo que conta com mais de 290 obras expostas a céu aberto e no interior de sua residência, se tornou um forte atrativo e, desde 2008, a visita ao jardim tem sido organizada turisticamente. O patrimônio artístico aliado às belezas cênicas do entorno (caracterizada pela paisagem rural), atraem diversos públicos à comunidade, dentre os quais se destacam os praticantes de yoga, trilheiros, apreciadores da arte, bem como outros visitantes que têm como principal motivação a busca por atrativos naturais, artísticos e culturais.

A crescente procura de visitantes ao local fez com que o escultor e sua família iniciassem um processo de profissionalização no que diz respeito à recepção dos visitantes. Realizaram o cercamento do jardim, cobrança de uma taxa de visitaç

abertura de um restaurante vegano, bem como um projeto de divulgação e organização de excursões para atrair e melhor atender estes visitantes.

Percebendo o potencial turístico do atrativo, o próprio escultor - que tem fortes vínculos com a comunidade de São João dos Mellos, convocou no ano de 2010 uma reunião com os moradores para propor uma parceria entre todas as famílias da comunidade a fim de que todos os moradores pudessem se beneficiar do fluxo de visitantes que vinha se consolidando neste território. Segundo os moradores da comunidade, o escultor propôs a parceria “comunidade x jardim” sob a possibilidade de “manter viva” a comunidade.

Em outras palavras, a principal preocupação dos moradores e do escultor estava no processo de “desaparecimento” da comunidade, pautada como citado anteriormente, pelo exôdo de jovens e envelhecimento da população. A estratégia para manter a comunidade “viva” seria dada pela possibilidade de fortalecer a comunidade não apenas economicamente em relação à região, mas, sobretudo tornar o lugar reconhecido, reafirmando o saber-fazer-local, símbolos e identidades deste território. É sob este ideal que algumas famílias aderiram à iniciativa do escultor e se organizaram de forma associativa na figura da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos (APTSJM).

A associação oficialmente registrada em 2010 sempre foi gerida por pessoas da comunidade, sendo a maior parte mulheres. O papel da associação está na viabilização da articulação entre a comunidade, poder público, empresas e visitantes, a fim de promover o turismo na localidade. As principais ações nesse sentido foram a busca por apoio na Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, parceria com agências de turismo de Santa Maria, contatos com a EMATER- Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural, dentre outras ações que buscavam aprimorar o desenvolvimento turístico local.

Importante destacar que como os integrantes da associação não tinham conhecimentos técnicos em relação à gestão do turismo, a primeira iniciativa foi buscar capacitação, utilizando para tanto a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), um órgão paraestatal que tem como objetivo desenvolver ações de formação profissional rural e atividades de promoção social, contribuindo para a profissionalização de pessoas do meio rural, sua integração social e melhoria da qualidade de vida.

Dentre os principais cursos de capacitação realizados pelos associados estavam gestão de turismo, higiene e segurança alimentar, gastronomia, gestão de trilhas, jardinagem, dentre outros. Dessa maneira, enquanto os cursos foram ministrados os conhecimentos adquiridos foram diretamente aplicados. As ações que se seguiram foram voltadas à constituição de um produto turístico em que cada um dos associados atuantes é responsável por uma ou mais atividades que compõem os serviços destinados ao turismo.

As famílias associadas se dividem ofertando hospedagem alternativa (baseada em acomodações dentro das próprias residências dos moradores), alimentação típica (ofertada tanto por um restaurante familiar, quanto nas próprias residências credenciadas para participar dos pontos de paradas das trilhas que ali ocorrem), bem como a produção de artesanato local e produtos alimentícios coloniais como geleias, pães e destilados para venda em um ponto de oferta de *souvenirs*, de forma que os recursos obtidos sejam distribuídos de forma igualitária entre os participantes.

O desenvolvimento do turismo, realizado de forma endógena, ou seja, a partir de iniciativas da própria comunidade, ocasionou mudanças significativas neste território tais como mudanças paisagísticas, formação de uma rede de cooperação, novos contatos sociais e possibilidades embora ainda remotas, segundo visão de parte da população, de geração de renda para gerações futuras.

Verifica-se que essa iniciativa segue em uma proposta que busca o bem estar econômico, social e cultural da comunidade local. A principal característica da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos está na sua dimensão humana e cultural, que tem por objetivo incentivar o diálogo entre diferentes esferas, contribuindo por meio dessa prática com a economia social, valorização do patrimônio comum, além de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. Dessa maneira, “ao mesmo tempo em que a tendência de acumulação cresce na maioria dos lugares e na maior parte dos negócios turísticos, inclusive no Brasil, emergem experiências ricas voltadas para a menor exploração do trabalho, com melhores ganhos para os trabalhadores” além de melhor distribuir os resultados e fazer valer os valores comunitários (CORIOLANO, 2006, p.372).

Pode-se dizer, portanto, que as práticas de turismo rural em São João dos Mellos inserem-se sob as teorias das horizontalidades, pois se trata “da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica”(SANTOS, 2012, p.109). Essa questão fica latente não apenas pela ação observada entre os residentes na produção do espaço turístico local, mas também na interligação desses atores de forma a construir um espaço turístico regional.

Considerações

A experiência de São João dos Mellos é significativa para elucidar duas questões: por um lado, temos uma localidade rural que, assim como outras, vem sofrendo com os efeitos da expansão capitalista e da globalização. A tecnificação do campo modela as conjunturas espaciais e sociais de forma que a realidade passa a ser marcada por contradições. A dualidade entre o rural e o urbano e as transformações decorrentes desse processo, levam a uma condição em que as verticalidades incidem de forma negativa no meio rural.

Por outro lado, observam-se ações de resistência a esta lógica por meio da pluriatividade. Embora a atividade turística seja elemento da globalização e esteja sob

domínio da racionalidade do capitalismo (CASTILHO, 2012, p.22), devemos considerar que esta atividade também traz benefícios aos territórios. Para Cruz (2006, p.338):

O turismo se dá na escala e efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência vai sempre além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra-racionalidades, horizontalidades, como quer que denominemos, as relações social e historicamente construídas por um dado grupo dão tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos com o turismo.

O objeto de estudo se insere nessa ordem. A experiência de São João dos Mellos nos mostra como iniciativas endógenas podem melhorar as condições de vida e possibilitar a construção de práticas econômicas mais justas. Tomando como elemento norteador a cultura como recursos para a promoção do desenvolvimento, apresentamos aqui uma iniciativa que se apresenta como tendência no turismo. Segundo Rodrigues (2006), dentre as tendências que caracterizam o turismo nesta lógica horizontal, observa-se a descentralização da gestão, a adoção de estratégias de cooperação, alianças e parcerias nas destinações e maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais.

Ainda segundo a autora, contrariando o caráter maciço e o ritmo dos tempos velozes, o mercado oferece novos produtos, valorizando a “cultura e a tradição”. Essa perspectiva é observada, sobretudo, no meio rural, onde formas alternativas de crescimento econômico e social têm sido observadas.

A articulação entre os diferentes atores que planejam e produzem o espaço turístico de São João dos Mellos (residentes, turistas, agentes de turismo, poder público e privado) se materializa em diferentes esferas, isto é, tratam-se de indivíduos e instituições que estão localizados em diferentes dimensões, que suplantam o local. Ou seja, não se pode analisar a organização turística do objeto de estudo sem compreender a complexidade da teia de relações que a mesma gera formando uma rede de cooperação regional.

Os professores do SENAR advindos de outras cidades gaúchas, a prefeitura municipal de Julio de Castilhos, as agências de turismo de Porto Alegre e Santa Maria, os

turistas advindos de outros estados e países formam fluxos que, em um movimento dinâmico, geram a configuração do território turístico de São João dos Mellos. As redes de cooperação se dão não apenas entre os moradores, mas também no âmbito das relações que vão além dos limites administrativos do mapa, configurando o poder regional.

Essa configuração fica evidente por meio das ações da APTSJM, que dialoga constantemente e de forma direta com os referidos atores. O empoderamento da comunidade permitiu que a mesma buscasse por conta própria parcerias de divulgação do destino, acordos políticos para melhoria dos serviços oferecidos, oportunidades de capacitação, assim como o contato com diferentes culturas. Os comentários dos residentes são representativos desse processo. Eles afirmam que o turismo foi uma grande oportunidade de melhoria na qualidade de vida na comunidade, pois, houve desenvolvimento a partir do retorno financeiro e organização do espaço, tendo a “paisagem” da comunidade passado por um processo de “embelezamento” que orgulha seus moradores. Outro ponto levantado é que o contato com os turistas permite um “aprendizado” cultural relevante e que mostrar “a cultura italiana” aos que vem de fora tem sido uma experiência gratificante àqueles que vivem na comunidade.

É justamente em razão dessa articulação que compreendemos o território de São João dos Mellos como uma construção social realizada pela escolha de agentes globais, mas também nacionais, regionais e, sobretudo, locais. As ações aqui observadas se dão em parcerias com diferentes esferas, mas cabe observar que o local se mostrou decisivo nesse processo buscando se firmar perante aos efeitos negativos presentes nas verticalidades.

É nesta acepção que a iniciativa endógena de São João dos Mellos se torna um importante objeto de estudo para melhor compreender as relações de desenvolvimento local e regional, pois se trata de uma iniciativa “de baixo para cima” em que a cultura local se apropria do espaço, e as ações nele realizadas o caracterizam como um território que se integra com outros formando uma rede de fluxos, de políticas, trânsito de pessoas e bagagens culturais que podem possibilitar o desenvolvimento, caracterizando o aprofundamento das horizontalidades.

Dessa maneira, por meio desse movimento horizontal, a comunidade de São João dos Mellos tem buscado sua afirmação por meio do turismo, caracterizando a “contramobilidade emergindo como expressão do direito de ‘não migrar’, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do ‘livre-arbítrio’ quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu espaço no espaço econômico global” (CASTRO et al., 2006, p.322).

Referências

- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.
- BENI, M. C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.16, n.02, ago.2007, p.131-150.
- BOISIER, S. El discurso Final. In: **Reforma y Democracia**. Caracas, nº2. Julho. 1994.
- BONI, Luis A.; COSTAS, R. **Far La Mérica: a presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RIOCELL, 1991.
- CASTILHO, C. J. M. A construção de uma geografia conseqüente do turismo: reflexão teórico metodológica do turismo à luz da análise socioespacial. In: Castilho, C. J. M.; Selva, V. S. F. (org). **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Editora UFPE, 2012.
- CARNEIRO, M. J. F. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e Carta de Santa Maria (1998)**. Disponível em: http://www.idestur.org.br/download/L2_CARTA_SANTA_MARIA.pdf
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e dominação de territórios. In: LEMOS, A.I.G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CRUZ, R, C. A. Planejamento governamental do turismo. In: LEMOS, A. I. G. (et al.). **América latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006.
- DONNE, Marcella. D. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- FISCHER, André. A dimensão espacial no “aménagement” do território – o exemplo francês. In: **RA'E GA**, n. 7, p. 9-17. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégia de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. In: **Territórios com identidade cultural**, março de 2006.

GOMES, I. “**SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**”. Ivair Gomes. <http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/agriculturafamiliar.pdf>

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: TRIGO, L.G.G. (Edit.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p. 3-17.

LANNES, José; LUZ JR., Roberto da. A crise econômica também afeta as atividades urbanas na quarta colônia. In: **EQUIPE de economia**. Planejamento ambiental da quarta colônia Santa Maria, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUNARDI, R. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária**. Ministério do Turismo: letra e Imagem, 2009.

MOISES, H. “**O MUNICÍPIO-REDE –PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E SUSTENTABILIDADE**”. [file:///C:/Users/Maria/Downloads/Arquivo+17-+O+Munic%C3%ADpio-Rede+-+Planejamento,+desenvolvimento+pol%C3%ADtico+e+sustentabilidade+\(15+p%C3%A1ginas\).pdf](file:///C:/Users/Maria/Downloads/Arquivo+17-+O+Munic%C3%ADpio-Rede+-+Planejamento,+desenvolvimento+pol%C3%ADtico+e+sustentabilidade+(15+p%C3%A1ginas).pdf)

MTur. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília, 2010.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade** – Revista de Sociologia Política, PPS UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615>.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2012.



SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.